

Inépcia e imprevidência no RS

Roberto Calazans

O debate técnico sobre a situação da Secretaria da Fazenda foi, propositalmente, desviado para o campo ideológico, numa disputa entre oposição e situação. O cidadão gaúcho certamente quer saber onde está a verdade. Talvez apareça somente após o período eleitoral. Por enquanto, o governo pretende dar continuidade ao seu projeto político. Em nome disso, a questão da governabilidade ficou obviamente secundarizada.

A governabilidade financeira do Estado está em risco e a continuidade da política fiscal feijão-com-arroz será responsável pelo retrocesso no desenvolvimento econômico do RS. O governo petista criou a ilusão da redução do déficit primário para seus aliados, mas deixou de mencionar as implicações do esgotamento do caixa único, o crescimento vertiginoso do déficit financeiro e do passivo financeiro e a redução do grau de liquidez do Estado. Ao mesmo tempo, "empurrou com a barriga" o rombo previdenciário do IPE e, de forma imprevidente, deixou que as contratações de servidores públicos crescessem além dos limites fiscais e previdenciário.

O Balanço Geral do Estado de 2001 confirmou o quadro de crise. O passivo financeiro ajustado alcançou R\$ 3 bilhões e as dívidas de curto prazo montam R\$ 1,8 bilhão. O Estado vem dependendo de receitas extras para manter a folha em dia. Ainda haverá impressionante crescimento da folha de pessoal em 2002 e 2003.

Em nome da governabilidade, os candidatos do governo deverão apresentar programas objetivos para sanear os problemas estruturais do Estado e duas definições serão fundamentais para o próximo período. Primeira: o discurso federalista deverá ser mais comedido, exigindo maior articulação com o governo federal para obter "dinheiro novo" e nova renegociação da dívida. Segunda: será bem mais difícil governar sem uma base de sustentação política na Assembléia Legislativa. Se não houver boa combinação dessas variáveis, a espada do ajuste ortodoxo cairá sobre a cabeça dos servidores públicos (aumento de alíquotas no IPE e mais arrocho salarial) e da classe média (aumento de impostos). Por isso, tem razão quem diz que o mais importante não é apenas ganhar as eleições, mas reunir condições de governabilidade nos próximos anos.

agente fiscal do Tesouro